

NOTA DE ABERTURA

- O Investimento Externo –

A EY divulgou recentemente os resultados do seu inquérito junto de mais de 200 empresas estrangeiras destinado a avaliar a forma como estas vêem a atractividade do nosso país (Portugal's Attractiveness Survey 2017). Trata-se de um trabalho do maior interesse, que vem sendo realizado anualmente, e em que os números deste ano confirmam que a forma como Portugal é percebido por terceiros (uns com presença no nosso país e outros não) tem vindo a alterar-se.

Num contexto difícil – saída da crise da dívida pública e elaboração de um discurso sobre as “duas Europas”: a “boa” a norte e a “má” a sul – assiste-se a uma mudança positiva nos factores determinantes de investimento no nosso país que, correndo embora o risco de alguma simplificação, podemos definir pela **perda de peso dos factores “custo”** e uma **ascensão dos factores** que asseguram **criação de “valor”**.

É sabido que tradicionalmente as vantagens competitivas do nosso país no contexto europeu estavam associadas aos baixos custos do factor trabalho e em que critérios custo, como os níveis de tributação ou de instalação (associado ao licenciamento) funcionavam como factores de decisão complementares (perdendo aqui o nosso país parte da vantagem exibida nos custos com a mão-de-obra). Hoje é claro que novos critérios de avaliação emergentes estão a ganhar peso, podendo ser considerados como **factores qualitativos** associados a uma estratégia de criação de valor. São eles: os **níveis de qualificação dos recursos humanos**; a **qualidade das chamadas infraestruturas terciárias** (em especial as comunicacionais que, erradamente, são designadas por “indústria 4.0”); a **cultura de inovação e empreendedorismo existente**; e, por último, um factor não directamente relacionado com o desempenho empresarial, mas que assume uma relevância crescente e que tem que ver com a **qualidade de vida existente no espaço envolvente** (do ambiente urbano, aos níveis de segurança, passando pela facilidade de acesso a um conjunto de serviços fundamentais para aqueles que são deslocalizados para o nosso país como é o caso do ensino ou da saúde sem esquecer as acessibilidades e ligações de transporte com o exterior).

Isto não significa que os anteriores critérios tenham deixado de ser relevantes, mas sim, que se torna necessário relativizá-los e colocá-los num novo contexto, em que as **vantagens exibidas são cada vez menos de valia absoluta**. Assim, por exemplo, o objectivo de competitividade não se mede por termos ou não a mão-de-obra mais barata da Europa ou a legislação de trabalho mais flexível, mas por evidenciarmos uma relação qualidade/custo que se adequa a um perfil de empresas e actividades que já pouco têm que ver com trabalho intensivo e pouco qualificado e em que a flexibilidade para despedir tem que ser medida conjuntamente com os níveis de conflitualidade e de estabilidade social e com a capacidade para as empresas reterem o trabalho mais qualificado.

Somos dos que consideram que o nosso país só tem a ganhar com um reposicionamento competitivo, passando de actividades de baixo valor acrescentado para actividades com maior criação de valor. Pelo que, mesmo dentro de sectores tradicionais onde o factor custo parecia ser dominante só conseguiremos ser competitivos se conjugarmos este com criação de valor. Ou seja, só nos diferenciamos com incorporação crescente de factores imateriais que, em si mesmos, requerem outros perfis de qualificação dos recursos humanos.

Daí que, como aliás a tendência observada nos Inquéritos da EY revelam, a nossa aposta para a captação de investimento deva assentar: num **bom ambiente para viver e trabalhar**, numa **cultura de inovação e de espírito empresarial** (baseada em exigências de rigor de gestão, na ligação com os centros de saber e de investigação e na aceitação do risco e da experimentação), na **formação de recursos humanos com os perfis exigidos pelas mudanças tecnológicas e organizacionais** e na **criação de infraestruturas tecnológicas e comunicacionais de topo**.

Se queremos traduzir numa simples expressão o desafio que neste plano se coloca ao país podemos falar de **qualidade global**, em que o essencial é potenciar os nosso pontos fortes e conseguir minorar os pontos de maior debilidade (sejam eles naturais ou simplesmente organizacionais). Nos primeiros, destacam-se os **recursos humanos** em que às competências técnicas temos que associar as competências relacionais, cuja crescente importância resulta do facto de as tarefas individuais não poderem dispensar o desempenho colectivo e o trabalho em grupo e também o **ambiente envolvente**. Nos nossos “pontos fracos” temos que diferenciar os que resultam da nossa localização “periférica” em termos europeus (custo e tempo de transporte) e que podemos minorar se olharmos para Portugal numa óptica intercontinental (via marítima como porta de entrada e de saída da Europa e de aproximação aos outros continentes) e os que derivam de factores políticos ou de funcionamento, como sejam o peso da fiscalidade e os custos não salariais com o factor trabalho ou as ineficiências (apesar do esforço de simplificação administrativa) de muitos serviços públicos e, sobretudo, do nosso sistema de justiça.

Mas, apesar da tendência evolutiva que o estudo da EY revela, ele também mostra que continua a existir um desfasamento entre a realidade do país (baseada na experiência vivida por aqueles que aqui trabalham ou investem) e a percepção externa que dele se tem. A mudança de paradigma que assinalámos é muito mais percebida pelas empresas a actuar no nosso país do que por aquelas que nos vêm do exterior, para estas a imagem tradicional do país ganha maior solidez e somos confrontados com um grande número de inquiridos a referir a pouca informação que lhes chega sobre Portugal. Ou seja, cabe aqui, em especial, aos organismos públicos com funções de promoção externa do país, contribuir de forma mais eficaz para alterar esta situação. E, se a comunicação que é feita no exterior pode ser reforçada é importante ter a noção de que não existe melhor promoção do que aquela que se baseia na observação directa.

Para atrair IDE não basta que «Portugal esteja na moda», embora esse facto possa ajudar (mas também, sabemos como as modas mudam ciclicamente), nem é suficiente que o olhar sobre o nosso país se repositone em termos competitivos (já não competimos com os mesmos destinos alternativos, mas continuamos a confrontar-nos com uma concorrência forte e agressiva). Daí que os números do investimento externo não acompanhem as expectativas e que os investimentos realizados continuem muito orientados para sectores de menor valor acrescentado. É, aliás, decepcionante que, quando confrontados com a questão sobre quais são os sectores com maior futuro em Portugal em termos de investimentos a realizar, apenas 8% dos inquiridos referencie os “serviços às empresas”, domínio em que claramente possuímos vantagens competitivas assinaláveis, como é o caso da criação de “centros de serviços” em que as empresas deslocalizam e concentram algumas funções terciárias relevantes e que, podendo não ser estratégicas na condução da empresas, requerem o uso de tecnologias avançadas e incorporam um elevado número de mão-de-obra qualificada (da contabilidade ao marketing).

A melhor promoção do país faz-se trazendo os decisores ao nosso país, mostrando-lhes a nossa realidade, confrontando-os com o que vem sendo feito e com o potencial de crescimento que possuímos.

Aqueles que nos visitam (independentemente do motivo) são, sem dúvida, os maiores agentes de promoção externa. Por isso atrair investimento não deve estar desligado do esforço de atracção de não residentes em sentido amplo. O investimento externo de que o país necessita deve acrescentar valor mas não tem que ser promovido apenas por grandes multinacionais (cujo efeito multiplicador é, sem dúvida, mais elevado), ou seja pequenos empreendedores que optem por fixar residência no nosso país são também um público-alvo a ter em conta. O essencial na sua captação prende-se mais com a qualidade de vida que lhes é oferecida do que com mais-valias de curto prazo. Por isso, o principal factor de atractividade é podermos passar a mensagem de que “é bom viver e trabalhar em Portugal”. Para lhe dar sequência importa acolhê-los e integrá-los.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. As últimas projecções do FMI, de Abril, reviram em alta as previsões para o crescimento do produto da economia mundial para 3,5% em 2017 (+0,1 pontos percentuais-p.p.), não alterando a previsão dos 3,6% para 2018. Reviram também em +0,1 p.p. o crescimento do produto nas economias avançadas para 2017, passando para 2%, e mantendo também a previsão dos 2% para 2018. Do mesmo modo, para a Zona Euro a estimativa de crescimento para 2017 passou para 1,7 (+0,1 p.p.), mantendo-se a previsão de 1,6% para 2018. As revisões em alta do crescimento do produto nas economias avançadas foram mais acentuadas para o Reino Unido (+0,5 p.p.), para o Japão (+0,4 p.p.) e para Espanha (+0,3 p.p.). Para Portugal as previsões mais recentes do FMI são de Junho, na sequência da última visita da Missão do FMI em Portugal, no mesmo mês. E foram também feitas revisões em alta para a economia portuguesa, prevendo-se um crescimento do PIB de 2,5% em 2017 e de 2% em 2018. Para o conjunto dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento a projecção de crescimento manteve-se igual, de 4,5% em 2017 e 4,8% para 2018. Assinala-se ainda a revisão em alta no crescimento da China, para 6,6% em 2017 (+0,1 p.p.) e para 6,2% em 2018 (+0,2 p.p.).

A projecção do crescimento do comércio mundial de bens e serviços manteve-se nos 3,8% para 2017, apesar de ter sido revisto em +0,2 p.p. o crescimento do comércio internacional nas economias avançadas, e em +0,3 p.p. nas economias emergentes e em desenvolvimento.

2. Na UE a actividade económica continuou a melhorar nos últimos meses, embora se traduza ainda em acréscimos muito ligeiros no ritmo de crescimento do PIB. No primeiro trimestre de 2017 a variação homóloga do PIB foi de 1,9% na Zona Euro e de 2,1% na UE28. Por outro lado, começam a surgir resultados positivos no mercado de trabalho já que no primeiro trimestre do ano o crescimento homólogo do emprego passou a ser de 1,5% na Zona Euro (+0,1 p.p. do que no 4º trimestre de 2016 e do que no 1º trimestre de 2016) e a taxa de desemprego em Maio reduziu-se para 9,3% na Zona Euro e para 7,8% na UE28.

A inflação anual voltou a desacelerar desde Março e em Maio foi de 1,4% na Zona Euro e de 1,6% na UE28. No conjunto dos países da UE a inflação mais elevada registou-se na Estónia com uma inflação anual de 3,5% e a mais baixa foi mesmo nula, na Irlanda.

As últimas projecções do Eurosistema, de Junho, reviram em alta as anteriores projecções, perspectivando um crescimento anual do PIB na Zona Euro de 1,9% para 2017, de 1,8% para 2018 e de 1,7% para 2019. Esta revisão em alta suporta-se nos pressupostos de que se manterão as condições favoráveis à procura interna, bem como prevendo que se manterá a orientação muito acomodaticia da política monetária do BCE. Por outro lado suportam-se nas previsões de recuperação económica a nível mundial a qual será favorável ao fortalecimento das exportações da Zona Euro. Face à conjugação das perspectivas de evolução do preço de petróleo e do preço das matérias primas, a inflação foi revista em baixa, para 1,5% em 2017 e para 1,3% em 2018. As previsões para as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se inalteradas, apenas foram revistas em baixa as taxas de juro de longo prazo.

3. Apesar da revisão em baixa do preço do petróleo em dólares para 2017, é previsto por parte dos vários organismos internacionais que se mantenha a tendência ascendente do preço do petróleo ao longo de 2017, prevendo-se a sua estabilização para os anos seguintes, em torno dos \$51. O preço do barril de "brent" terá ascendido a \$47,59 no mês de Junho. Para os preços das matérias-primas não energéticas é previsto um aumento mais substancial em 2017, e mais moderado nos anos seguintes, de acordo com os pressupostos das projecções do Eurosistema.

Evolução mensal do preço do Petróleo



Fonte: Investing.com

II - ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução do PIBpm

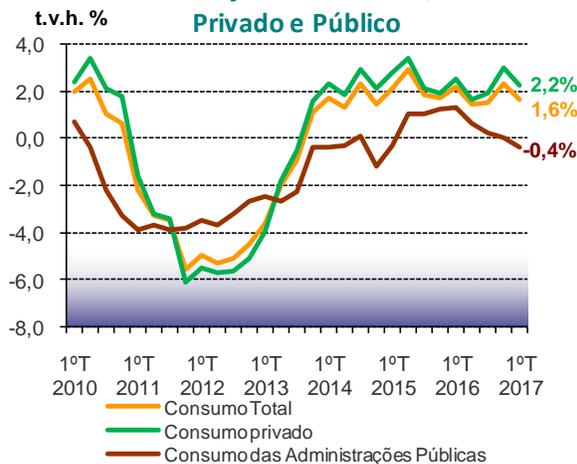


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais 31/05/2017

Com efeito, a aceleração no crescimento do PIB resultou de um maior contributo da procura externa líquida, que passou para 0,5 pontos percentuais (foi de -0,6 p.p. tanto no 4º trimestre como no 1º trimestre de 2016), já que o contributo da procura interna, de 2,3 pontos percentuais (p.p.) se reduziu (2,6 p.p. no 4º trimestre de 2016, embora superior aos 1,6 p.p. do 1º trimestre de 2016).

A desaceleração da procura interna reflectiu exclusivamente a desaceleração do consumo privado e o decréscimo do consumo público, uma vez que o crescimento do investimento acelerou para 5,5% (foi de 3,6% no 4º trimestre do passado ano, e tinha sofrido um decréscimo de 2,1% no trimestre homólogo).

Evolução do Consumo, Privado e Público

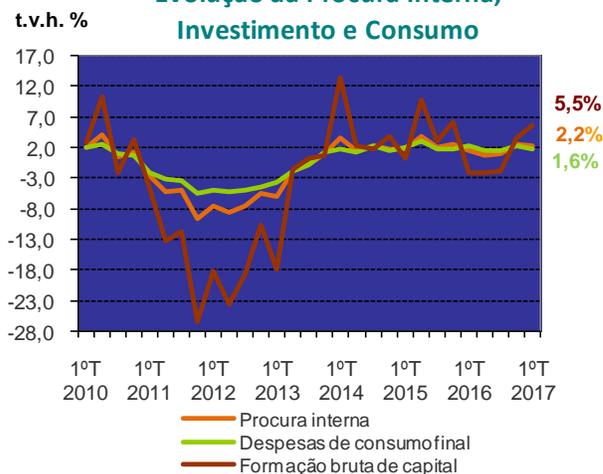


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2017

Produto, Procura Interna e Procura Externa

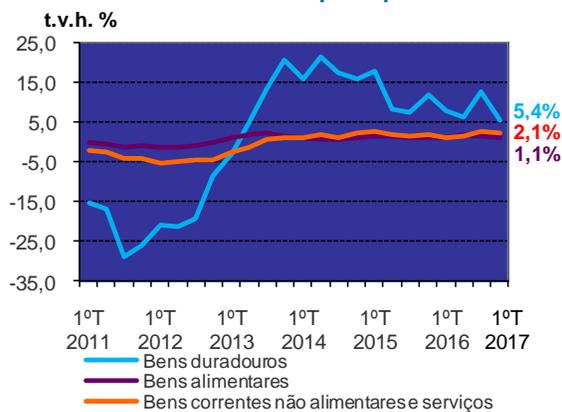
A economia portuguesa no primeiro trimestre de 2017 seguiu a trajectória iniciada no passado ano, tendo-se acelerado o ritmo de crescimento, com uma variação homóloga de 2,8% no PIB (compara com 2% no 4º trimestre de 2016 e com 1% no 1º trimestre), segundo os resultados das Contas Nacionais do 1º trimestre do ano, divulgados pelo INE. O melhor desempenho do PIB decorreu sobretudo da melhoria registada no investimento e da maior aceleração no crescimento das exportações, face ao das importações.

Evolução da Procura Interna, Investimento e Consumo



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2017

Evolução das despesas de consumo final das famílias residentes por tipo de bens



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2017

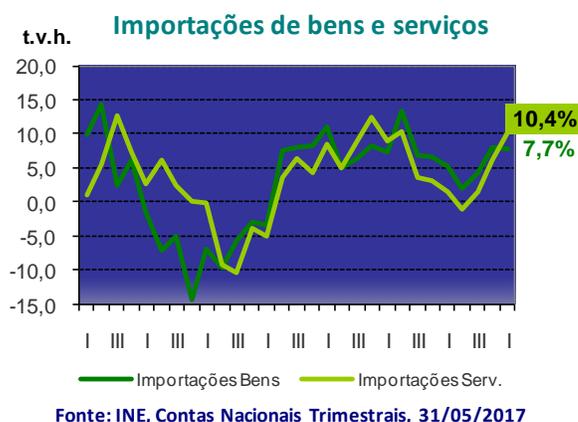
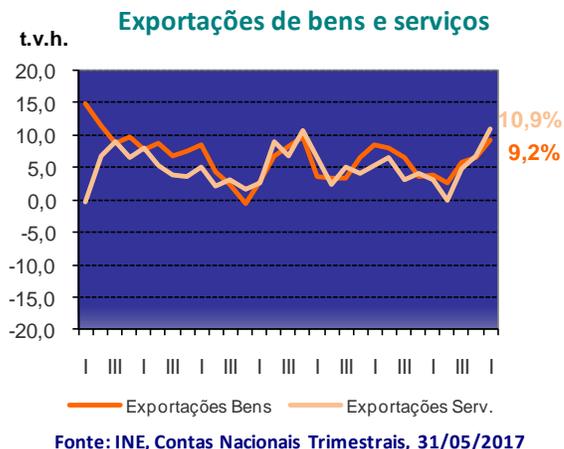
A desaceleração do consumo privado decorreu em grande medida da desaceleração do consumo de bens duradouros e em particular da desaceleração observada na componente de aquisição de automóveis.

A evolução favorável do investimento resultou novamente e em grande medida do crescimento homólogo da formação bruta de capital fixo em construção, de 8,5% (compara com 1,5% no 4º trimestre de 2016), e foi reforçada também com o contributo muito positivo da formação bruta de capital fixo em outras máquinas e equipamentos que cresceu 15% (12,3% no 4º trimestre de 2016). A FBCF em equipamento de transporte cresceu 10,7%, menos do que no último trimestre do passado ano, enquanto que a formação bruta de capital fixo em produtos de propriedade intelectual quase estagnou (+0,4%).

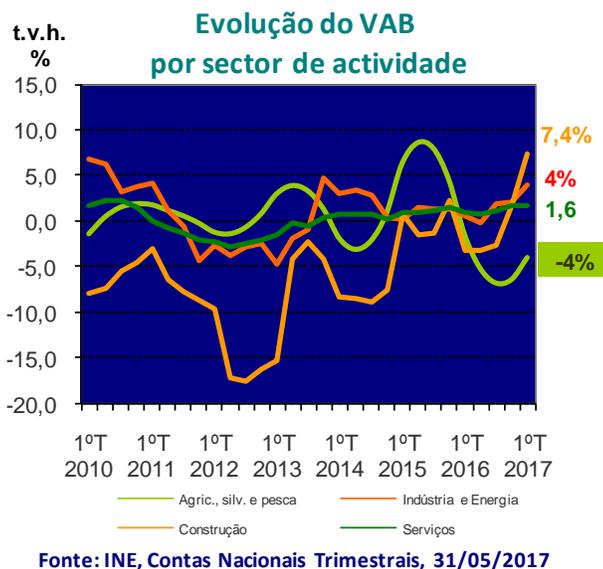
Sobre o desempenho relativo das exportações e importações de bens e serviços, há apenas a mencionar que enquanto a aceleração das exportações decorreu tanto do lado dos bens como dos serviços, já a aceleração das importações resultou exclusivamente da componente dos serviços, já que o crescimento das importação de bens passou de 8% no 4º trimestre de 2016 para 7,7% no primeiro trimestre do corrente ano.

No 1º trimestre de 2017, voltou a verificar-se, e de forma mais acentuada, uma perda nos termos de troca, com ambos os deflatores - das importações e das exportações - a aumentarem.

Finalmente, em termos nominais o Saldo Externo de Bens e Serviços teve uma ligeira melhoria, passando de 0,7% do PIB no 4º trimestre de 2016, para 1,2% do PIB no 1º trimestre do corrente ano, mas permaneceu abaixo dos 1,5% do PIB registados no trimestre homólogo.



Sectores de Actividade

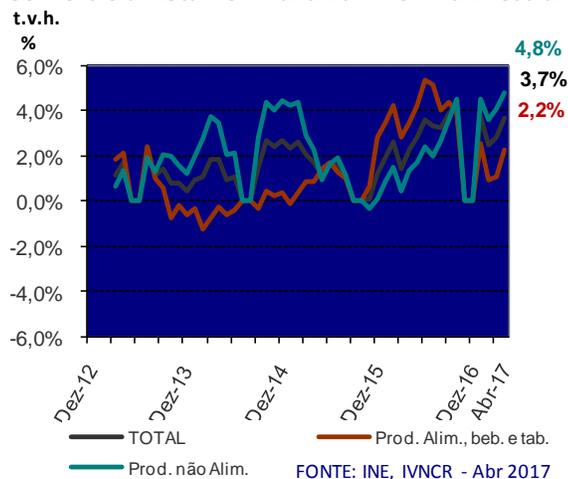


No que se refere às especificidades sectoriais voltou a destacar-se o sector da construção, cujo VAB, para além de ter passado a crescer, registando variações homólogas positivas pelo terceiro trimestre consecutivo, passou a ser o sector cujo VAB mais cresceu percentualmente no primeiro trimestre do corrente ano, com um crescimento homólogo de 7,4%. Dinâmica de resto acompanhada pelos restantes indicadores disponíveis sobre a construção, sejam os do investimento, sejam os do emprego. Ao crescimento homólogo do VAB do sector da construção seguiu-se-lhe o do VAB da indústria, que acelerou para 4,5% (compara com 1,4% no 4º trimestre e com 0,8% no 1º trimestre de 2016). Já o crescimento homólogo do VAB do sector da Energia, voltou a desacelerar para 1,8%. O VAB do sector da agricultura, silvicultura e pesca voltou a evoluir negativamente, tendo registado uma variação homóloga de -4%, ainda que menos negativa que no trimestre anterior (compara com -6,4% no 4º trimestre de 2016 e com -1,5% no 1º trimestre de 2016).

No sector dos serviços o crescimento homólogo do VAB manteve-se estável, em 1,6% (compara com variações homólogas de 1,7% no 4º trimestre de 2016 e de 1% no 1º trimestre do passado ano).

Os ramos do Comércio, Reparação de veículos e Alojamento e Restauração, mantiveram-se no seu conjunto entre os mais dinâmicos dos serviços, com o VAB a crescer 3,1% (compara com 4,3% no último trimestre de 2016 e com 3,3% no primeiro trimestre desse mesmo ano) para o qual contribuirá sobretudo o alojamento e a restauração impulsionados pelo turismo, seguido pelo sector dos transportes, com um crescimento homólogo de 2,9% no VAB. Pelo contrário, o VAB das Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias voltou a diminuir, com uma variação homóloga de -0,5% (compara com -0,8% no 4º trimestre e com -1,9% no 1º trimestre de 2016).

Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa var. hom. trimestral

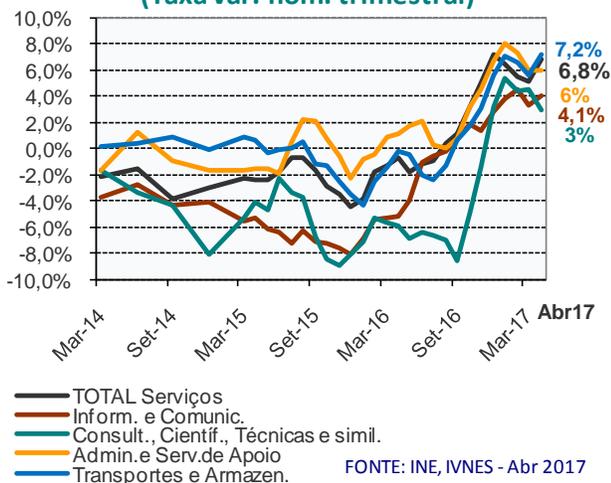


No comércio a retalho, a variação homóloga trimestral do índice do volume de negócios foi de 3,7% no trimestre terminado em Abril do corrente ano (compara com 2,8% no primeiro trimestre de 2017 e com 2,6% no trimestre terminado em Abril de 2016). Por outro lado, contrariamente ao que se passou ao longo do passado ano, ao longo dos quatro primeiros meses de 2017 tem sido o retalho de produtos não alimentares a componente mais dinâmica do Comércio Retalhista.

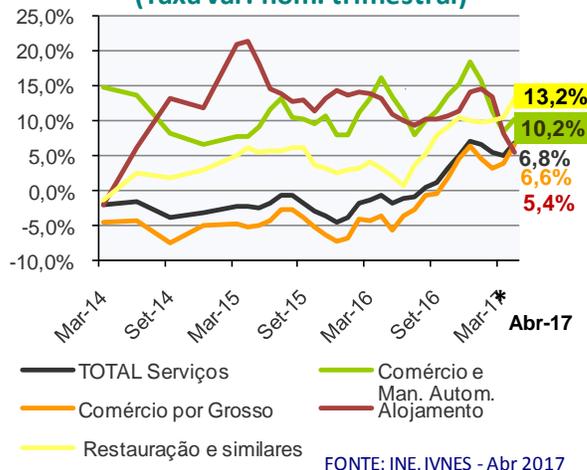
No índice de volume de negócios do comércio automóvel a variação homóloga trimestral foi de 10,2% no trimestre terminado em Abril (compara com 8,5% no primeiro trimestre do ano e com 16,1% no trimestre terminado em Abril de 2016), enquanto que no comércio por grosso foi de 6,6% (compara com 3,8% no primeiro trimestre do ano e com -3,7% no trimestre terminado em Abril de 2016).

No conjunto dos serviços (excluindo o comércio a retalho), a variação homóloga trimestral do índice do volume de negócios no trimestre terminado em Abril foi de 6,8% (compara com 5,1% no primeiro trimestre do corrente ano e com -0,7% no trimestre terminado em Abril de 2016). É de salientar nos primeiros meses de 2017 as actividades mais dinâmicas e cujo volume de negócios tem crescido acima da média do conjunto dos serviços: as Actividades de investigação científica e de desenvolvimento, as Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, o Transporte aéreo, a Restauração e similares, as Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins, e as Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música. No sentido oposto destacou-se a desaceleração do volume de negócios de ramos de actividade que têm evoluído sistematicamente acima da média: o alojamento e o comércio e manutenção automóvel, cujo crescimento foi no trimestre terminado em Abril de 5,4% e de 10,2%, respectivamente.

Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE (Taxa var. hom. trimestral)

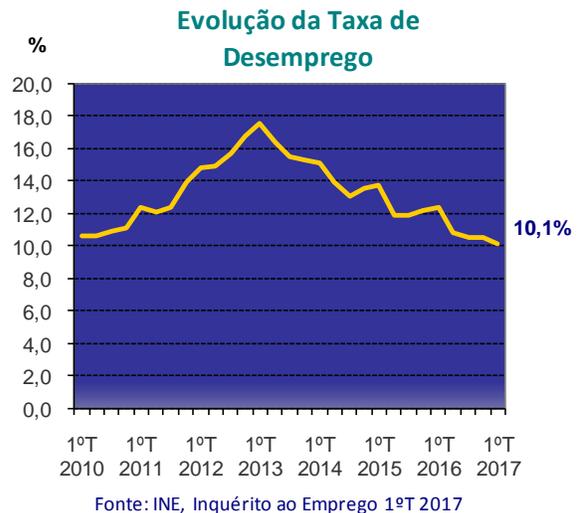
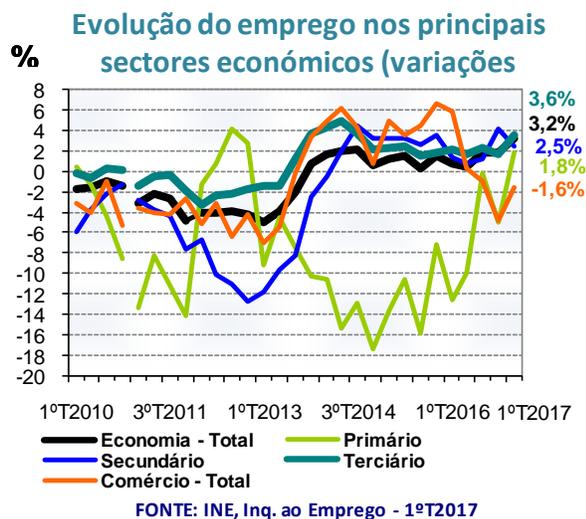


Índice de Volume de Negócios nos Serviços em alguns ramos de actividade - cont. (Taxa var. hom. trimestral)



Mercado de Trabalho

O maior dinamismo da economia no primeiro trimestre do ano reflectiu-se igualmente em melhores resultados no mercado de trabalho, com o emprego a registar um acréscimo homólogo de 3,2%, e o número de desempregados a decrescer 18,2%, a par de uma nova redução na taxa de desemprego, para 10,1%.



O crescimento do emprego foi transversal aos vários agregados sectoriais da economia, desde os serviços, cujo emprego cresceu 3,6%, face ao 1º trimestre de 2016, seguido da indústria e energia cujo agregado cresce 2,5% e também do sector da agricultura e pescas que, com um crescimento homólogo no respectivo emprego de 1,8%, não registava acréscimos no emprego desde o 4º trimestre de 2012.

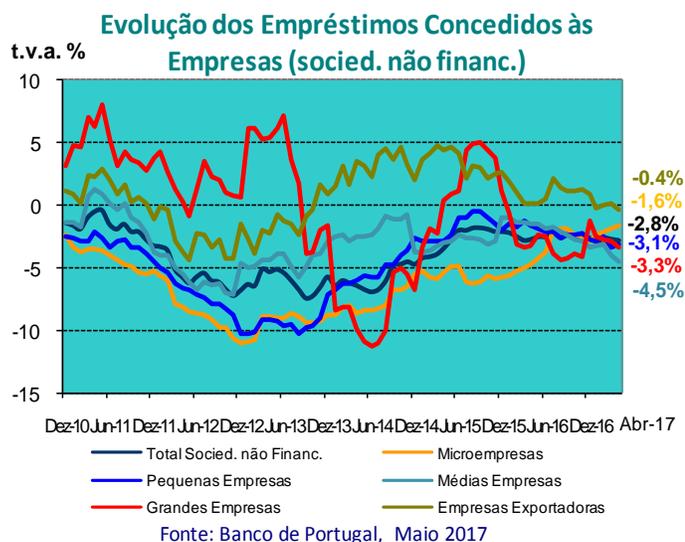
Apesar de se observar uma melhoria generalizada na evolução do emprego, identificam-se situações específicas distintas, das quais destacamos desde logo o sector do comércio que voltou a sofrer um decréscimo homólogo no respectivo número de empregados, de -1,6%. A redução do emprego no comércio segue uma trajectória negativa iniciada já nos trimestres anteriores, para a qual contribuiu no primeiro trimestre do corrente ano a redução homóloga de 6,8% do emprego no comércio grossista e o decréscimo de 2,2% no comércio retalhista.

Pela positiva destacou-se a actividade da construção, cujo emprego registou um acréscimo homólogo de 5,5%. O emprego na indústria transformadora registou um aumento homólogo de 1%.

No primeiro trimestre do corrente ano o número de desempregados continuou a diminuir, quer por comparação com o trimestre homólogo (-18,2%), como em relação ao trimestre anterior (-3,5%), tendo totalizado cerca de 524 mil pessoas. A taxa de desemprego reduziu-se 2,3 p.p. face ao trimestre homólogo e 0,4 p.p. face ao 4º trimestre de 2016.

A evolução negativa verificada no emprego do comércio, no primeiro trimestre do corrente ano foi já acompanhada de uma evolução desfavorável no respectivo desemprego, o qual totalizou no primeiro trimestre do corrente ano 90,9 mil indivíduos, acima do total registado no 4º trimestre de 2016 (83,1 mil), embora inferior ao registado no trimestre homólogo (106,9 mil).

Financiamento das empresas



As condições de financiamento das empresas nos primeiros meses de 2017 mantiveram-se difíceis, por terem também permanecido restrições significativas à concessão de crédito às empresas. No que se refere à evolução dos empréstimos concedidos às empresas pelo sector financeiro residente, que permaneceu negativa nos primeiros meses do ano, assiste-se a uma menor diferenciação na sua evolução segundo a dimensão das empresas e afectando igualmente as empresas exportadoras, as quais nos anos anteriores apresentavam uma evolução ainda positiva nos empréstimos obtidos.

Por outro lado a percentagem de empresas com crédito vencido manteve-se também muito elevada: em Abril do corrente ano 27,2% das empresas privadas devedoras de empréstimos têm crédito vencido, ao qual estava associado um rácio de crédito vencido de quase 15,8%, percentagens que se accentuam nas microempresas, por oposição a indicadores menos desfavoráveis nas grandes empresas.

Os resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito em Portugal, de Abril do corrente ano, realizado pelo Banco de Portugal, e referente ao 1º trimestre de 2017, reflectem uma estabilidade no mercado de crédito, sem alterações significativas nos critérios de concessão de crédito ao sector privado não financeiro, mantendo-se portanto a restritividade que o tem caracterizado, e relatando igualmente uma estabilização na procura de empréstimos por parte das empresas.

Já em termos prospectivos se, por um lado, para o segundo trimestre de 2017, de um modo geral, as instituições inquiridas não antecipam alterações nos critérios de concessão de crédito ao sector privado não financeiro, já relativamente à procura de empréstimos por parte das empresas, antecipam um ligeiro aumento, em termos agregados.

Evolução das contas públicas

O saldo provisório das Administrações Públicas (AP) até ao final de Maio do corrente ano (Óptica da Contabilidade Pública) traduziu-se por um défice de 697,8 milhões de euros, acima do registado há um ano atrás em 359,3 milhões de euros, segundo os últimos dados divulgados pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

Essa deterioração face ao ano anterior, decorreu da receita ter tido um crescimento quase nulo (0,2%), a par do crescimento da despesa (de 1,4%). A estagnação da receita resultou de um decréscimo de 0,4% na receita corrente, a par de um aumento na receita de capital (+32,4%). A redução da receita corrente teve o forte contributo dos impostos directos (-9,6%), por via do aumento de reembolsos de IRS, ainda que acompanhada de um aumento registado em outras receitas correntes (+13,7%) e nos impostos indirectos (+1,3%) e de um ligeiro aumento, de 0,4% das contribuições da segurança social.

Do lado da despesa, registou-se um aumento na despesa corrente de 0,8% e de 11,5% na despesa de capital, sendo de destacar o aumento de 252,8 milhões de euros na aquisição de bens e serviços, grande parte relacionado com o sistema nacional de saúde, o aumento de 189,7 milhões de euros nas despesas de investimento (correspondente a +15,5%), o aumento em 162 milhões de euros em outras despesas correntes e o aumento de 135 milhões de euros em juros e outros encargos.

O saldo primário manteve-se excedentário em 2700,2 milhões de euros, embora menos excedentário do que em igual período de 2016, com um diferencial de 224,3 milhões de euros.

O agravamento do saldo global das AP, por comparação com o período homólogo, resultou do agravamento do saldo da Administração Central e da Administração Regional e Local, apenas contrariado pela melhoria do saldo da Segurança Social, em resultado designadamente do crescimento das contribuições sociais (+318,8 milhões de euros). O saldo dos Serviços e Fundos Autónomos foi menos positivo do que há um ano atrás, em parte decorrente do agravamento do saldo das entidades públicas reclassificadas.

Na óptica da Contabilidade Nacional e de acordo com os dados do INE divulgados em 23 de Junho, no primeiro trimestre de 2017 o saldo das AP foi de -2,1% do PIB (-3,3% no trimestre homólogo), embora não esteja ainda nele reflectido o impacto da recapitalização da CGD.

Quadro 1**Portugal: Principais Indicadores Económicos**
(Taxa de variação homóloga, salvo indicação em contrário)

| | Projeções do FMI | | |
|--|------------------|-------|-------|
| | 2016 | 2017 | 2018 |
| PIB real | 1,4 | 2,5 | 2,0 |
| Consumo privado | 2,3 | 2,2 | 1,8 |
| Consumo público | 0,5 | 0,6 | 0,5 |
| Formação bruta de capital fixo | 0,1 | 6,9 | 5,7 |
| Exportações | 4,4 | 7,6 | 5,2 |
| Importações | 4,5 | 7,3 | 5,1 |
| Contributos para o crescimento (pontos percentuais) | | | |
| Procura interna total | 1,5 | 2,6 | 2,2 |
| Saldo externo | -0,1 | - 0,1 | -0,1 |
| Uso dos recursos | | | |
| Emprego | 1,2 | 1,6 | 0,9 |
| Taxa de desemprego (percentagem) | 11,1 | 9,7 | 9,0 |
| Preços | | | |
| Deflator do PIB | 1,6 | 2,2 | 1,7 |
| Preços no consumidor (índice harmonizado) | 0,6 | 1,6 | 2,0 |
| Moeda e crédito (fim de período, variação percentual) | | | |
| Crédito ao setor privado | -3,7 | -0,5 | 0,1 |
| Moeda em sentido lato | -0,4 | 4,3 | 3,2 |
| Indicadores orçamentais (percentagem do PIB) | | | |
| Saldo das administrações públicas | -2,0 | -1,5 | -1,4 |
| Saldo primário da administração central | 2,2 | 2,6 | 2,7 |
| Saldo primário estrutural (percentagem do PIB potencial) | 3,0 | 2,7 | 2,5 |
| Dívida pública | 130,4 | 125,8 | 122,6 |
| Balança corrente (percentagem do PIB) | 0,8 | 0,6 | 0,5 |
| PIB nominal (mil milhões de euros) | 184,9 | 193,8 | 201,1 |

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE, Eurostat e projeções do corpo técnico do FMI.

Quadro 2

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

| Indicadores | 1º Trimestre 2017 | | 1º Trimestre * 2016 | | |
|--|--------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| PIB (Produto Interno Bruto) | 2.8 | | 1.0 | (0.9) | |
| VAB agricultura | -4.0 | | -1.5 | (6.3) | |
| VAB indústria e energia | 4.0 | | 0.6 | (-0.4) | |
| VAB construção | 7.4 | | -3.3 | (-2.8) | |
| VAB serviços | 1.6 | | 1.0 | (0.8) | |
| Índices de Volume de Negócios | Trimestre terminado em: | | Trimestre terminado em: | | |
| - na Indústria | Mar 2017 | Abr 2017 | Mar 2016 | Abr 2016 | Mar 2016 |
| | 11.4 | 6.9 | -2.7 | -3.1 | (-2.7) |
| - no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel) | Mar 2017 | Abr 2017 | Mar 2016 | Abr 2016 | Mar 2016 |
| | 2.8 | 3.7 | 1.9 | 2.6 | (2.5) |
| - nos Serviços | Mar 2017 | Abr 2017 | Mar 2016 | Abr 2016 | Mar 2016 |
| | 5.1 | 6.8 | -1.3 | -0.7 | (-1.3) |
| Procura Interna | 2.2 | | 1.5 | (2.0) | |
| Investimento (FBC) | 5.5 | | -2.1 | (-0.6) | |
| Consumo das Famílias | 2.2 | | 2.5 | (2.9) | |
| IPC | Mar 2017 | Mai 2017 | Mar 2016 | Mai 2016 | Mar 2016 |
| - Variação homóloga (mensal) | 1.37 | 1.45 | 0.45 | 0.33 | (0.45) |
| - Variação média dos últ. 12 meses | 0.82 | 1.04 | 0.65 | 0.60 | (0.65) |
| Exportações | 9.7 | | 3.6 | (2.2) | |
| - Bens | 9.2 | | 3.8 | (2.6) | |
| - Serviços | 10.9 | | 3.2 | (1.1) | |
| Importações | 8.0 | | 4.8 | (4.6) | |
| - Bens | 7.7 | | 5.3 | (5.0) | |
| - Serviços | 10.4 | | 1.4 | (1.7) | |
| Desemprego (Taxa de) | 10.1% | | 12,4% | (12,4%) | |
| Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada) | Mar 2017 | Abr 2017 | Mar 2016 | Abr 2016 | Mar 2016 |
| | 2.71% | 2.97% | 3.10% | 3.26% | 3.10% |

* Os valores entre-parentesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 1º trimestre de 2016, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

– CONJUNTURA ECONÓMICA –

1º Trimestre 2017

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DA

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Av. DOM VASCO DA GAMA Nº 29
1449-032 LISBOA